

# Relações de gênero na escola: só não vê quem não quer

ROBSON GONÇALVES FÉLIX  
GABRIEL HUMBERTO MUÑOZ PALAFOX  
Núcleo de Estudos em Planejamento e Metodologias da Cultura Corporal  
Universidad Federal de Uberlândia (INEPECC/UFU)

---

## Introdução

A revolução tecnológica e a modernização dos meios de comunicação das últimas décadas se conjugam com expressões paradoxais da convivência em sociedade. Além da comercialização de quase tudo em forma de mercadoria, incluindo-se o corpo (GARCIA, 2005; MOYSÉS, 2007), em tempos de primazia e responsabilização do indivíduo pelos seus próprios sucessos e infortúnios também se alteram e modificam identidades e expressões culturais, políticas e ideológicas de diferentes grupos e comunidades, adaptando-os de alguma forma às lógicas impostas ou regidas pelo capital.

Para além do corrente debate sobre os “direitos das minorias”, muitas vezes superficial e mais preocupado com aspectos simbólicos do que com seus efeitos práticos, a segmentação sócio-cultural, ao mascarar a multidão composta pela soma de tantos pequenos grupos, demonstra que o trato com as diferenças permanece como um dos maiores e mais emergentes desafios a ser enfrentado na contemporaneidade (BAUMAN, 1999; RAWLS, 2002).

Ainda que os conflitos entre identidades e culturas diversas seja omitido em determinados espaços e instituições de círculos restritos, fazem-se aparentes e potencializados em muitas instituições de convivência e sociabilidade, principalmente algumas que não se encontram exclusivamente na esfera privada, sendo geridas ou mediadas pela esfera pública ou governamental.

Na maioria dos países da América Latina, a reabertura ao regime democrático, nas duas últimas décadas, ampliou os debates sobre sexualidade e relações de gênero nas esferas pública e privada. No caso brasileiro, a escola pública sentiu o impacto dessa nova condição tanto no âmbito da educação básica quanto do ensino superior, refletindo-se inclusive nas políticas públicas nacionais, sob o marco da constituição da “Orientação Sexual” como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

Em vista dessas considerações, este artigo objetiva verificar como a educação sexual, evidenciada nos diferentes espaços, processos e etapas da socialização humana, tem sido compreendida e analisada a partir das relações estabelecidas no campo da educação formal brasileira.

Considerando que, na escola, o saber não se constitui por meio de relações unidirecionais e que o aprendizado envolve não somente a reprodução, mas principalmente a construção e reconstrução contínua

*Revista Iberoamericana de Educación*

ISSN: 1681-5653

n.º 50/3 – 10 de septiembre de 2009

EDITA: Organización de Estados Iberoamericanos  
para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)



de dados, informações e conhecimentos (SETZER, 2001)<sup>1</sup> acumulados e impregnados pelos seus respectivos contextos históricos, nos cenários locais, os integrantes das comunidades escolares participam se influenciando, ensinando e/ou aprendendo de diferentes formas, a partir da incursão nas experiências e conhecimentos de si mesmo e dos outros, conforme as relações de poder estabelecidas.

No complexo contexto de relações humanas onde a escola desenvolve suas atividades, manifestações mais amplas da cultura que operam cotidiana e dialeticamente na sociedade se manifestam, de forma explícita ou implícita, não apenas nas representações e práticas individuais relacionadas aos conteúdos disciplinares, mas também nas percepções gerais associadas à sexualidade, à raça, à religião, entre outros dispositivos que contribuem para moldar as representações coletivas<sup>2</sup>, sendo todos estes fragmentos de cultura permeados pelas relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas do determinado período histórico em que se situam.

As múltiplas incursões investigativas que foram empenhadas pela pós-graduação no Brasil, principalmente a partir dos anos 1970, período em que passava por franca expansão, consolidaram análises e apontamentos de variadas temáticas pelos diferentes pesquisadores, entre os quais germinaram os limites e possibilidades de uma melhor compreensão e intervenção dos processos e mecanismos de educação sexual por parte dos vários segmentos da sociedade<sup>3</sup>. Um fragmento dessa produção compõe a amostra deste estudo, conforme explicitado abaixo.

## Procedimentos metodológicos

Para proceder uma leitura ampliada, ainda que parcial, das pesquisas recentes desenvolvidas nos Programas nacionais de Pós-graduação *stricto sensu* sobre "Educação Sexual", realizou-se um levantamento junto ao banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir do portal do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)<sup>4</sup>, balizado por três palavras chave: sexo, sexualidade e educação sexual.

A primeira expressão, de maior abrangência, retornou a ocorrência de 2.596 publicações, muitas das quais associadas à biologia celular, animal e vegetal. Na busca sobre "sexualidade" o banco de dados retornou 408 documentos, apresentando dispersão temática relativamente alta. Finalmente, o argumento educação sexual apresentou ocorrência de 159 documentos, muitos dos quais presentes na busca anterior.

---

<sup>1</sup> Setzer (2001) define "dado" como seqüências de símbolos quantificados ou quantificáveis sintaticamente, caracteriza "informação" como abstrações informais representativas e de conteúdo semântico e "conhecimento" como abstração subjetiva interior e pessoal, decorrente da própria experiência/vivência.

<sup>2</sup> Parte-se da compreensão de que o espaço das representações, das estruturas cognitivas complexas, encontra-se relacionado tanto ao espaço percebido, das práticas cotidianas, quanto aos espaços concebidos pelas estruturas de planejamento e de "poder". O conjunto destes espaços contém as relações sociais, mas, além disso, contém também certas representações dessas relações sociais de (re)produção, incorporando as ações sociais dos sujeitos tanto individual como coletivamente. As representações coletivas, compostas das mediações e da interlocução entre o percebido e o concebido, figuram como espaço vivido dos conflitos e das lutas (LEFEBVRE, 2000).

<sup>3</sup> Índícios da trajetória dos estudos sobre sexualidade no Brasil na segunda metade do século XX pode ser encontrado, entre outros, num artigo de LOYOLA (2000) intitulado "A antropologia da sexualidade no Brasil".

<sup>4</sup> Levantamento realizado pelo portal online do IBICT, disponível em < <http://bdt2.ibict.br/>>, e atualizado em 5 de fevereiro de 2008.

Este último conjunto foi utilizado como referência para a leitura e seleção dos trabalhos, em vista da maior proximidade em relação aos objetos de estudo.

A partir da leitura dos títulos e resumos do grupo de referência, foram selecionados aqueles que, a partir dos anos 2000, discutiram a educação sexual em suas relações com o ensino formal. Desta triagem resultou uma amostra final de 27 documentos (6,6% em relação à expressão "sexualidade" e 16,9% em relação à "educação sexual"), sendo 21 dissertações de mestrado e 6 teses de doutoramento.

Neste conjunto amostral procurou-se verificar os seguintes aspectos: a) as definições e conceitos de sexo, sexualidade e educação sexual; b) as principais mudanças relacionadas à abordagem da educação sexual no ensino formal brasileiro nas duas últimas décadas, tanto do ponto de vista dos sujeitos locais quanto do poder público; c) as possíveis relações existentes entre as transformações sociais e os discursos e vivências sobre a sexualidade.

## Sexo e sexualidade: discursos e práticas conflituosas

Valadares (2002) destacou a presença de tabus e traços culturais relacionados ao sexo e à sexualidade na história da humanidade. O sexo, reconhecido durante muito tempo como ato natural-fisiológico destinado à procriação e à realização física, foi associado às questões morais apenas num estágio tardio. Assim a autora destacou que "apesar das mudanças sociais e sexuais, a atividade sexual era valorizada e só passou a ser transformada em pecado muito tempo depois" (p.20). Este estudo reforçou que a educação sexual foi balizada historicamente, nas sociedades ocidentais, pela igreja e pela medicina.

Foi principalmente a Igreja, na qualidade de instituição, que criou a fobia de desprezo do corpo e a obsessão persecutória da carne. Desde sua origem, as práticas monásticas usaram de toda imaginação para inventar coações e proibições dentre as quais a continência sexual ocupa um lugar considerável. Tais práticas serviram de matriz para a doutrina cristã da continência. As proibições são objeto de rituais, ritmados pelo calendário; além disso, os sacerdotes geram processos de confissão. No decorrer da Idade Média, os manuais do confessor multiplicaram os delitos sexuais com riqueza de detalhes (VALADARES, 2002, p. 43).

Instituições como a ciência, representada pela medicina, e a religião, representada pela igreja, historicamente definiram conceitos e práticas ideológicas reguladoras para a sexualidade, seja por meio de conflitos, oposições ou reforço de opiniões e crenças difundidas popularmente.

O corpo, assim como as práticas e representações a ele associados, sob argumentos sustentados em critérios de verdade moral ou científica, tornou-se alvo e vilão da própria humanidade. As práticas eróticas e a sexualidade foram condenadas, e as práticas sexuais foram condicionadas às finalidades de procriação, restritas ao casamento cristão sacramentado. O desenvolvimento das sociedades patriarcais ainda contribuiu para que o impulso sexual fosse atribuído aos homens, designando às mulheres a tarefa de conceber e amamentar os filhos. Ao mesmo tempo a medicina apregoava a estrita utilização do coito para a reprodução, abafando os desejos e a sexualidade feminina (COLLING, 2004).

No modo de produção capitalista, o corpo, o sexo e a sexualidade associaram-se à lógica de consumo, passando por processos de padronização, precificação e alienação social. Ainda que as relações do ser humano consigo mesmo, com os outros e com a natureza passem por condições históricas

determinadas, os postulados da liberdade individual, orientados por certos padrões, têm mascarado há séculos a compreensão de que estas mesmas relações não são produtos da natureza, e sim da ação humana. Refletem, portanto, interesses socialmente constituídos (MARX, 2005).

Mediado por diferentes interesses, no senso comum a compreensão de sexo e sexualidade parece transitar e se mesclar, genericamente, com a noção biológica de função e maturação reprodutiva, orgânica e naturalmente expressa pelo corpo humano, acentuada por determinantes genéticos, sem incorporar as dimensões sociais e culturais.

Também no meio acadêmico-científico a definição de sexo como um componente biológico natural encontra-se ainda bastante arraigada. A identificação do sexo aos traços naturais/fisiológicos é evidenciada por Santos (2005, p. 32), que conceitua “sexo como características anato-fisiológicas que diferenciam os seres humanos quanto a sua capacidade reprodutora”, delimitando-o aos “aspectos dados pela natureza, ou seja, características herdadas pelos genes durante o processo de fecundação”. Tal compreensão é corrente tanto na literatura (PEREIRA, 2006; BRANDO, 2007) quanto nas políticas públicas brasileiras, conforme apresentado na seqüência.

Tais pressupostos distanciam o sexo dos sentidos da sexualidade, sendo esta compreendida pelas mediações do ser com o ambiente, do biológico com o sócio-cultural e o religioso, do particular com a totalidade, do momento com o percurso histórico, todos objetiva e subjetivamente constituídos (HEILBORN, 1999). Nesta ótica, a sexualidade, diante de sua dimensão

polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo. Não se reduz aos órgãos genitais (ainda que estes possam ser privilegiados na sexualidade adulta) porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida de alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital (NOVENA, 2004, p. 134).

Recentemente, mesmo esta diferenciação entre sexo, definido como um aspecto natural, e sexualidade, compreendida como um traço cultural, tem demonstrado certos limites, sendo debatida e contestada em estudos que se intensificam. A este exemplo, constam diversos autores considerados pós-estruturalistas que, fundamentados na obra de Michel Foucault, desenvolveram fortes críticas à distinção sexo-gênero, sob o argumento de que a própria construção do caráter natural do sexo, da natureza sexuada precedente à cultura, caracteriza mecanismos instituídos social e culturalmente para a manutenção da estrutura binária, hierarquizada e subordinadora entre os gêneros (BUTLER, 2003).

A discussão caminha da aparente superficialidade terminológica para a compreensão etimológica e semântica<sup>5</sup> das expressões, ou seja, dos sentidos e significados a eles atribuídos. Verifica-se logo que não se trata apenas de um jogo de palavras e sim de uma relação complexa entre fragmentos de cultura historicamente elaborados. Enquanto por muito tempo o termo “sexo” significou, em larga medida, o ato ou o traço biológico/natural do ser humano, progressivamente representa também as diferenças, as individualidades e as subjetividades.

---

<sup>5</sup> A **etimologia**, junção dos termos gregos “*étymos*” (o verdadeiro significado de uma palavra) e “*logos*” (ciência, tratado) é o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica, e a **semântica** refere-se ao estudo da “evolução do significado das palavras e de outros símbolos que servem à comunicação humana” (HOUAISS, 2007)

No mesmo sentido, Novena (2004) destacou que “evidencia-se, particularmente nas produções científicas, o preconceito e a discriminação em relação à homossexualidade”, reforçando a tese de que “há um vínculo entre a produção científica e as práticas sociais instituídas na sociedade que poderão reforçar ou não os preconceitos nela existentes” (p. 25). Para a autora, a contribuição da sociologia no debate dos grandes problemas da modernidade não exime os sociólogos do século XVIII e XIX da pouca atenção dispensada à temática da sexualidade.

Embora a sociologia tenha incorporado parcialmente o sexo como objeto de estudo, o desenvolvimento das pesquisas sobre o mesmo se limitou aos padrões de sexualidade convencional (matrimônio, prostituição e pornografia). Manteve-se, por conseguinte, a concepção heterossexual e naturalizada de sexo. E a sociologia deixou de refletir mais largamente sobre a idéia da sexualidade como uma dimensão simbólica e material nos discursos e práticas da vida cotidiana, nos labirintos dos movimentos e instituições sociais, ou seja, uma sexualidade como fato social (NOVENA, 2004, p. 37).

A mesma autora sugere que Foucault foi quem mais concretamente contribuiu na produção do debate de uma “sociologia da sexualidade”. Segundo ele, a colocação do “sexo em discurso” ocorreu a partir do século XVI, apesar de sua explosão discursiva ocorrer a partir do século XVIII (FOUCAULT, 1984). Neste sentido sugere-se que as idéias e proposições de Foucault promoveram um efetivo rompimento da delimitação da sexualidade ao campo biológico e às condições naturais vigentes, representando “a possibilidade de leitura crítica sobre a Instituição e a Organização, sobre a produção dos poderes e saberes, especificamente aqueles relacionados à sexualidade” (NOVENA, 2004, p. 38). Tais contribuições foram amplamente assumidas pelas pesquisas acadêmicas no Brasil neste início de século, conforme verificado na amostra utilizada.

Outro reflexo dessas mudanças nas representações sociais sobre sexualidade nos últimos trinta anos tem se dado na medicina e no direito, diante do aumento de casos e pedidos de “mudança de sexo” por transexuais. Mesmo a ciência tem reconhecido que esses indivíduos apresentam conflitos práticos e subjetivos com sua identidade de gênero, decorrentes da não-aceitação de seu sexo biológico e jurídico (registro civil), ocasionando a maior demanda por intervenções cirúrgicas de redesignação sexual. Sob esta ótica, o chamado “sexo psicológico” tem sido mais importante e influente do que o sexo biológico na definição sexual de uma pessoa (FURLANI, 2005, p. 53).

Num levantamento de cunho histórico Boursched (2004) verificou que, se até os anos 1960 a educação sexual no Brasil manteve seu foco no controle e na domesticação do corpo, foi principalmente na segunda metade da década seguinte, com o desenvolvimento dos métodos contraceptivos, que eclodiram os movimentos *hippies* e feministas de resistência, em defesa da liberdade sexual, da não-discriminação das minorias, do ambientalismo e do misticismo (MORIN, 1986; STAMPF, 2003). Tais movimentos ocorreram em conjunção com o

processo de reabertura política e o conseqüente abrandamento da censura, ressurgiu o interesse pela educação sexual, motivado pelos movimentos feministas, pelos movimentos de controle populacional, pela mudança no comportamento sexual do jovem, devido à pílula como método anticoncepcional, e também pelo avanço da medicina no controle das doenças sexualmente transmissíveis (RIBEIRO, 2002, p. 54).

Ainda que os valores tradicionais e conservadores difundidos pela igreja continuem, em grande parte, arraigados na atual sociedade, muito se tem debatido sobre as demandas e possibilidades de

formação crítica dos sujeitos nas instituições sociais, respeitando suas necessidades e etapas de desenvolvimento motor, sócio-cultural, afetivo e cognitivo.

Em meio ao amplo movimento social realizado em torno do direito à liberdade de convivência e à expressão individual e coletiva, nos anos 1980 o debate sobre sexualidade foi intensificado no ambiente escolar, motivado principalmente por “questões vinculadas à gravidez indesejada na adolescência, às doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS” (RIBEIRO, 2002, p. 54).

## Gênero e sexualidade na escola: marcas impressas

Impregnados na sociedade e cada vez mais difundidos pelos meios de comunicação, sexo e sexualidade tornaram-se assuntos eminentes nas escolas. Tácitas ou implícitas, central ou periféricamente, ainda que não se possa dizer que as relações de gênero tenham se impregnado oficialmente no cotidiano e no currículo da escola, cada vez mais se fazem presentes na vida dos sujeitos que lá convivem.

Exemplo do impacto da diversidade nas relações de gênero é apresentado num estudo sobre a “Exclusão branda do homossexual no ambiente escolar nos primeiros anos do século XXI”, onde Corrêa (2003) confirmou que, na atualidade, diante da diversidade sexual as comunidades escolares ainda não superaram as práticas preconceituosas. Segundo a autora, para além das dificuldades de aceitação e convivência com a pluralidade sexual, “a sexualidade como um todo é exorcizada da vida escolar, sendo considerados *personas non gratas* todos que de alguma maneira manifestarem essa sexualidade, sendo homossexuais ou não” (CORRÊA, 2003, p. 133).

Ao investigar como a sexualidade vem sendo tratada nas salas de aula das séries iniciais do Ensino Fundamental, Ribeiro (2002) expressou que a inclusão do tema no currículo vem sendo discutida desde o início do século XX, orientada principalmente para “o combate à masturbação e às doenças venéreas, como também o preparo da mulher para ser esposa e mãe” (p. 52).

No debate sobre as proposições curriculares, Furlani (2005) destacou que os processos de produção das diferenças sexuais e de gênero também permeiam os livros e coleções literárias utilizadas na escola. Para compreender tais processos, a autora investigou duas coleções de livros paradidáticos de educação sexual endereçados à infância.

Amparada na obra de Judith Butler<sup>6</sup>, que subverteu a lógica do “sexo natural” e o “gênero cultural” ao afirmar que ambos são construídos na linguagem da cultura, Furlani demonstrou como grande parte dos livros paradidáticos reproduzem a naturalização de sexo e sua correspondente associação ao gênero, repetindo “a fórmula convencional que toma ‘sexo’ como indicativo de ‘gênero’”, além de perpetuar o predomínio histórico do enfoque biológico, entre outros fatores, até mesmo pela utilização do termo “educação sexual”, e não “educação da sexualidade”, tendo em vista a noção comum aos dois adjetivos (2005, p. 40).

---

<sup>6</sup> Segundo ela, cada sociedade possui ‘normas de inteligibilidade’, ou seja, lógicas cognitivas e epistêmicas criadas na cultura (inteligibilidade cultural) que dão a compreensão do “normal”. Na lógica que se estabelece a partir do atrelamento de um gênero a um sexo (e este gênero a uma sexualidade), não se coloca como possível a idéia de multiplicidade (FURLANI, 2005, p. 38).

Por mais que se façam necessários estudos e propostas sobre construção de estratégias educativas de prevenção e promoção da saúde sexual e reprodutiva dos alunos, tal como o desenvolvido por Souza (2007), a eclosão das diversidades culturais e os conflitos expressos em diferentes esferas fez com que, principalmente a partir dos anos 1990, muitas propostas de intervenção pedagógica escolar procurassem desenvolver outros mecanismos e significações para suas práticas e concepções<sup>7</sup>.

## O discurso oficial em meio aos contextos e demandas sociais

Em meio às constantes transformações sociais do final do século XX, também variaram as condições, vivências e discursos associados ao desenvolvimento da criança e do adolescente, considerados em suas particularidades e relações com o contexto histórico. Ainda que para muitos a escola permaneça eminentemente conservadora e reprodutora de conhecimentos e práticas tradicionais, diversos estudos procuraram se subsidiar em novas abordagens<sup>8</sup> para compreender, explicar ou intervir nessa realidade.

Mesmo a adolescência, período marcadamente associado à iniciação sexual de grande parte dos jovens nos dias atuais, revelou-se pouco singular no tocante à sua concepção e abordagem, principalmente em vista dos condicionantes sociais, culturais e ideológicos aos quais se relaciona.

Adolescência é um conceito mais amplo e inclui mudanças consideráveis nas estruturas da personalidade e nas funções que o indivíduo exerce na sociedade. Em síntese podemos dizer que o conceito moderno de adolescência não se confunde com puberdade, como fato biológico, nem tampouco com pubescência, como estágio de transição marcada por grandes mudanças fisiológicas. Adolescência é um conceito psicossocial. Representa uma fase crítica no processo evolutivo em que o indivíduo é chamado a fazer importantes ajustamentos de ordem pessoal e de ordem social. Entre estes ajustamentos temos a luta pela independência financeira e emocional, a escolha de uma vocação e a própria identidade sexual (ROSA, 1985, p.14).

Ainda que pesquisadores e estudiosos defendam a sistematização da adolescência em função dos fatores cronológicos, evidenciam-se os conflitos decorrentes desse tipo de determinação numa sociedade que, envolvida pela intensa inovação científica e tecnológica, encontra-se constantemente em transformação. Na mesma medida a família, a religião e o próprio Estado procuram responder às novas e velhas questões relacionadas ao corpo e à sexualidade.

No Brasil as leis e diretrizes normatizadoras das práticas educacionais historicamente apresentam pouca discussão acumulada sobre o tema. Ao estudar as relações de gênero nas políticas públicas, Sousa (2006) verificou que as principais legislações em vigor, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e

---

<sup>7</sup> Este fenômeno, diverso e complexo, mostra sinais de que necessita ser melhor investigado. Ainda que não se pretenda aqui aprofundar nestas questões, sugere-se que explicar por quê, como e quais as resultantes de propostas pedagógicas ressignificadas no âmbito da teoria do currículo é um problema interessante de pesquisa, especialmente quando associado a perguntas como: Porque mudou? Como mudou? Em que condições? Estas mudanças foram profundas e sistemáticas ou atenderam aos critérios e requisitos mínimos da necessidade aparente?

<sup>8</sup> Um exemplo é a concepção histórica da sexualidade, que, a partir do advento da psicanálise no final do século XIX, constituiu-se no século seguinte impulsionada tanto pelas investigações propostas pela Escola de Frankfurt (ANDERSON, 1989) como pelas produções de Foucault (1984).

Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>9</sup> e o atual Plano Nacional de Educação da educação (PNE)<sup>10</sup> fazem pouca menção à diversidade e às identidades de gênero e sexualidade. A autora anunciou que, principalmente nos PNE há uma completa omissão do tema sexualidade, contrapondo-se aos debates e demandas apresentados pela sociedade naquele período.

A aprovação do PNE oficial representou um grave recuo na contemplação dos aspectos referentes às diversidades, e, mais uma vez, os segmentos brasileiros que travaram uma luta para propor a inclusão das relações de gênero nas políticas curriculares foram vencidos e silenciados (SOUSA, 2006, p. 69).

Apesar da pequena abordagem, não se pode dizer que houve “completa omissão” das questões de gênero, educação sexual e pluralidade cultural nos objetivos e metas do PNE (BRASIL, 2001). Ainda que no PNE tais questões não tenham sido amplamente expressas e sequer estejam associadas a todos os níveis de ensino, apareceram em referência aos conteúdos dos livros didáticos para o ensino fundamental (art. 11), na composição dos temas para a formação docente no ensino superior (art. 12) e também nas políticas de financiamento e gestão, indicando a inclusão do tema nas avaliações e sensos escolares (art. 43).

Pressupõe-se que a abordagem dada à sexualidade no PNE contrariou as expectativas apontadas pela política educacional brasileira recente, principalmente após 1997, quando a publicação dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) incluiu a discussão sobre “Orientação Sexual”. Tal documento procurou contemplar e orientar a ação docente, em todas as disciplinas, para a educação sexual dos alunos.

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1998, p. 287).

A proposta contida nos PCN's revelou, em seu discurso, a preocupação em superar conceitos restritos e estigmatizados de sexo e sexualidade, puramente associados ao corpo físico e às funções biológicas.

Ainda assim a proposta foi alvo de críticas. Tal como destacado por Altmann (2004) em sua investigação sobre a construção social da educação sexual no contexto escolar, a própria expressão “Orientação sexual” utilizada nos documentos demonstra limitações em vista da dubiedade de interpretação ocasionada. Nas palavras da autora

a utilização do termo “orientação sexual” acarreta problemas de interpretação, pois, no campo de estudos da sexualidade e nos movimentos sociais, assim como, de um modo geral, na bibliografia internacional, “orientação sexual” é o termo sob o qual se designa a opção sexual, evitando-se, assim, falar em identidade (ALTMANN, 2004, p. 21).

<sup>9</sup> Instituída pela Lei n° 9.394, em 20 de dezembro de 1996.

<sup>10</sup> Instituído pela Lei n°10.172, em 9 de janeiro de 2001.



Apesar da equiparação dos termos em uma nota de rodapé contida nos PCN's (BRASIL, 1998, p. 299), Altmann revela que esta equivalência não é unânime na literatura. Mesmo assim, utilizando a sugestão apontada pelos PCN's, a expressão Educação Sexual permanece amplamente difundida. Ainda que o debate sobre esta questão já tenha se iniciado, parece incipiente e demonstra demandar melhores análises para sua modificação, motivo pelo qual a expressão original foi mantida neste trabalho.

Assim como assinalado nos PCN's, outros autores têm reforçado que a educação sexual considere as mediações possíveis entre família, escola e sociedade, ainda que os mecanismos necessários para tal atuação permaneçam em constante processo de construção pelos sujeitos locais. Tal é o caso de Garcia (2005), para quem a comunidade escolar

precisa articular espaços para procurar estabelecer uma reflexão crítica contextualizada sobre Educação Sexual, articulada com a produção econômica, intelectual, ideológica de cada época, percebendo sua dinâmica e o quanto esta relativiza nossa vida pessoal, nossas idéias, nossa formação, redimensionando nosso pensamento, nossa forma de viver enquanto seres sempre sexuados (p. 36).

Ademais, mesmo diante da crítica de especialistas e estudiosos, os PCN's tiveram um importante papel ao romperem com a "política do silêncio mantida até a década de 70 e início da década de 80, principalmente por parte dos poderes instituídos, em relação à implantação da educação sexual na escola" (NOVENA, 2004, p. 120).

Por outro lado, se as práticas docentes atuam inseridas no contexto das políticas educacionais, não se resumem exclusivamente à reprodução das orientações e normatizações oficiais, influenciando simultaneamente a convivência e a mediação com a informação proveniente da vida familiar, dos meios de comunicação, dos mecanismos de produção, reprodução e consumo e das ideologias vigentes nesses diferentes espaços e mecanismos de socialização (FERNANDES, 2008). Tais afirmações são corroboradas por Stampf (2003) ao analisar a revista *Nova Escola*, discutindo as representações de sexualidade veiculadas no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Analisei os dados entendendo que a nossa sexualidade é produzida culturalmente de diversas formas e por diferentes artefatos culturais, entre eles, a revista *Nova Escola*. Que a heterossexualidade é a condição legitimada, não há dúvida: há um maior investimento nos processos sociais que fizeram dessa, um modelo de comportamento, um código a ser aprendido (STAMPF, 2003, p. 90) (grifos do autor).

Para o autor, o modelo tradicional e dominante no ocidente nos dois últimos milênios, constituído de família monogâmica patriarcal greco-romana (FLORES, 2004), heterossexual e dentro dos padrões ditos normais, situa-se no eixo das propostas apresentadas pela Revista, reforçando que os discursos dominantes de família e sexualidade na sociedade tanto são reproduzidas na formação e informação dos professores quanto se refletem nas próprias práticas de boa parte dos docentes. Altmann (2004) também reforçou a tese da veiculação das noções de controle, prevenção e auto-cuidado pelas escolas, tanto pelas práticas quanto pelos discursos veiculados e reproduzidos em seu cotidiano.

Tal como o livro didático, as revistas, obras literárias e periódicos que possuem ampla circulação entre os professores também se inserem neste contexto. Quando analisados sob tais preceitos, verifica-se que diante dos avanços na formulação das políticas públicas nacionais e na seleção dos materiais didáticos, a defesa dos direitos e necessidades das minorias permanecem permeadas por práticas excludentes que resistem na sociedade, refletindo-se no cotidiano das escolas.

Tais práticas foram verificadas num estudo sobre a formação docente para a abordagem da sexualidade, no qual Balestrin (2007) verificou que as representações presentes num Curso Normal noturno são profundamente influenciadas pelos estudos da psicologia, orientando-se em grande parte pelos padrões de normalidade no desenvolvimento infantil (BALESTRIN, 2007, p. 176).

Tal constatação revela que, apesar de muitos discursos docentes e/ou institucionais estarem orientados para o respeito e diálogo sobre as diferenças, as dificuldades na abordagem da sexualidade no cotidiano escolar ainda estão alicerçadas em barreiras constituídas ou ampliadas nos cursos de formação e nos discursos hegemônicos reproduzidos nestes espaços, contribuindo para a perpetuação de práticas e significações estereotipadas e excludentes (BULBARELLI, 2007; MADUREIRA, 2007; JOCA, 2008; SABAGG, 2008).

## Considerações finais

Os trabalhos analisados apontaram que os conflitos, avanços e possibilidades da educação sexual permeiam toda a sociedade, e devem ser enfrentados por todos os segmentos e camadas sociais. Se a escola e seus agentes têm um importante papel no cotidiano e no fazer pedagógico, as ações e reflexões desenvolvidas devem, necessariamente, estar em constante diálogo com as comunidades locais e os sujeitos direta e indiretamente relacionados.

Enquanto se faz cada vez mais necessário compartilhar e difundir na coletividade a tarefa da educação sexual, as iniciativas de abordagem desse tema no Brasil revelam que a ação das diferentes instituições sociais têm se dado muito mais na regulação e controle do que na informação e formação necessárias ao pleno desenvolvimento das individualidades e aspirações dos sujeitos. Os estudos sobre a educação sexual na escola demonstraram que ela, historicamente, tem sido condicionada por aspectos morais, e mesmo nos dias atuais permanece associada à prevenção, regulação e controle de problemas de saúde pública, a exemplo das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, prostituição e violência sexual.

Ainda que todos estes aspectos sejam de extrema relevância e mereçam permanecer na agenda dos debates e reflexões empreendidos, cada vez mais se verifica a importância de ampliar e atender às crescentes contingências de discussões e atitudes ética e filosoficamente fundamentadas sobre as diversidades culturais, as afetividades silenciadas, as subjetividades e as diferentes manifestações e possibilidades relacionadas à sexualidade humana, mediados pelo respeito ao direito individual de escolha da própria identidade, daquilo que cada um é e/ou do que deseja ser.

## Referências

- ANDERSON, P. (1989). Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo: Brasiliense.
- BAUMAN, Z. (1999). Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. (1998). Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF.
- BRASIL. Ministério da Educação. (2001). Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília: Inep.

- BUTLER, Judith. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COLLING, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (orgs.). Gênero e cultura: Questões contemporâneas. Porto Alegre: Edipucrs, p. 13-38.
- FOUCAULT, M. (1984). História da sexualidade v.1 (A vontade do saber). Rio de Janeiro: Graal.
- HEILBORN, M. L. (org.). (1999). Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HOUAISS, Antônio et al. (2007). Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva. CD-ROM.
- LEFEBVRE, H. (2000). La production de l'espace. 4e édition. Paris: Anthropos.
- LOYOLA, Maria Andréa. (2000). A antropologia da sexualidade no Brasil. Physis [online], v. 10, n. 1, p. 143-167. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 13 jan. 2009.
- MARX, Karl. (2005). Manuscritos econômicos e filosóficos. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret.
- MEYER, D. E. E. (2000). Saúde e sexualidade na escola. Porto Alegre: Mediação.
- MORIN, E. (1986). Cultura de massa no século XX. O espírito do tempo II – Necrose. Rio de Janeiro: Forense- Universitária.
- RAWLS, J. (2002). Uma teoria da justiça. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes.
- ROSA, M. (1985). Psicologia da Adolescência. Petrópolis: Vozes.
- SETZER, V. W. (2001). Os meios eletrônicos e a educação: uma visão alternativa. São Paulo: Escrituras,. (Coleção Ensaio Transversais, v. 10)
- Relação das dissertações e teses incluídas na amostra
- ALTMANN, Helena. (2004). Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- BALESTRIN, Patrícia Abel. (2007). Onde está a sexualidade?: representação de sexualidade num curso de formação de professores. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BELO, Alexandre Toaldo. (2006). Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BOURSCHEID, Jacinta Lourdes. (2004). Sexualidade: reconstruindo compreensões de forma coletiva, partindo da visão dos adolescentes. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BRANDO, Maria Fourpome. (2007). Impedimentos subjetivos na atividade do professor em aulas de orientação sexual.. 67 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BULBARELLI, Karyn. (2007). A entrada da criança na leitura e na escrita: laços entre linguagem e sexualidade. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007
- CASTRO, Ana Paula Pereira de. (2006). Relações de gênero na Educação Infantil: uma análise a partir da atividade lúdica. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2006.
- CORRÊA, Lisete Bertotto. (2003). A exclusão branda do homossexual no ambiente escolar. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- DIB, Sílvia Cristina Souza. (2007). Contracepção na adolescência: conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais entre alunos de escolas públicas municipais de Ribeirão Preto - SP. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FERNANDES, Daniela Mota. (2008). Investigando a sexualidade de professoras: suas histórias, saberes e práticas. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- FLORES, Aínda Mair Prado. (2004). Sexualidade: representações de professores do ensino médio. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2004.

- FURLANI, Jimena. (2005). O bicho vai pegar! - um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- GARCIA, Luciana Juvelina Vaz. (2005). O processo de educação sexual na escola: um estudo de caso sobre a conceituação, significação e representação compreensiva de Professores da Rede Municipal de Ensino de Camboriú-SC sobre Educação Sexual.. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2005.
- JOCA, Alexandre Martins. (2008). Diversidade sexual na escola: um problema posto à mesa. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.
- MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. (2007). Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática. 428 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MOYSÉS, Julieta Seixas. (2007). A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental. 82 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.
- NICOLINO, Aline da Silva. (2007). Novas e velhas configurações da sexualidade e do corpo feminino: pesquisa-ação na educação com escolares USP. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.
- NOVENA, Nadia Patrizia. (2004). A sexualidade na organização escolar: narrativas do silêncio. 260 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- PEREIRA, Heloísa Helena Daldin. (2006). Programa saúde e prevenção nas escolas: políticas e gestão da educação sexual. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006.
- RIBEIRO, Paula Regina Costa. (2002). Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental. 125 f. Tese (Doutorado em Bioquímica) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SABAGG, Samantha. (2008). Percepção dos estereótipos de gênero na avaliação do desenvolvimento motor de meninos e meninas. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SANTOS, Anelise Dutra. (2005). Emílias e pinóquios: um olhar pedagógico sobre o entrelaçamento do sexismo, gênero e sexualidade nos modos de aprender a ser mulher e a ser homem. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.
- SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. (2006). As relações de gênero nas políticas públicas de educação no município de Belo Jardim-PE: silêncio ou desvelamento. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- SOUZA, Márcia Maria de. (2007). Construindo a inclusão da temática educação sexual no projeto político pedagógico de um colégio público de Goiânia. 183 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Programa Multi-institucional de Pós-Graduação em Ciências da Saúde - Convênio Rede Centro-Oeste (UnB/UFG/UFMS), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- STAMPF, Débora Karine. (2003). Representações de sexualidade no currículo da Nova Escola e a construção do sujeito heterossexual. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- VALADARES, Katia Krepsky. (2002). Sexualidade: professor que cala... nem sempre consente. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Estudos Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- VIANA, Francisco José Machado. (2004). A prática de sexo seguro entre estudantes de escolas públicas de Minas Gerais. 70 f. Dissertação (Mestrado em Tocoginecologia) – Faculdade de Ciências Médias, Unicamp, Campinas, 2004.

